

# O SUJEITO DA FILOSOFIA É *PRODUTO* OU *PRODUTOR* DA HISTÓRIA? REFLEXÕES ENTRE KANT E FOUCAULT

Felipe De Campos Ribeiro<sup>1</sup>

## RESUMO:

O objetivo deste artigo é refletir sobre a ambivalência *atividade/passividade*, intrínseca ao sujeito histórico, que marca flagrantemente o pensamento ético e político do último Foucault. Isto, a partir de uma reanálise dos próprios textos do “Kant prático” que foram neste sentido evocados e analisados pelo autor à ocasião do ministério de seu curso de 1983 no *Collège de France*. Foucault se autodiagnostica como historicamente proveniente de uma certa tradição kantiana comprometida com uma “ontologia do presente” (com o aqui e agora da filosofia, com a *prática da verdade*). Porém, quando reflete em termos históricos sobre a mesma, depara-se com uma ambivalência fundamental: esta tradição, a um só tempo, seria a expressão de um processo histórico já em curso, que produziria, determinaria, tornaria possível, estes sujeitos e este presente em que se está; mas seria, ao mesmo tempo, um exercício ativo daqueles que promovem este processo, daqueles que teriam o dever de militar no uso de sua livre expressão rumo ao aprofundamento deste processo que já vem acontecendo. No limite, os filósofos, seriam, concomitantemente, passivos e ativos, produzidos e produtores, elementos e atores de um mesmo processo. Este foi o problema do qual partimos. Nossa metodologia consistiu na análise hermenêutica da bibliografia utilizada. Como resultado, descobrimos que opúsculo de Kant sobre o qual trabalhamos (*Resposta à pergunta “o que é o Esclarecimento?”*) conduz a uma aporia, na medida em que o momento onde é possível passar a “pensar sem a tutela de outrem” (exortação central do texto) – ou seja, ser um sujeito *ativo*, visto de uma perspectiva histórica - resta perenemente imperscrutável. Nossas conclusões apontam no sentido de um impasse que permanece em aberto para o pensamento contemporâneo; impasse que diz respeito à impossibilidade de se compreender, no limite, o exato sentido de *processo histórico*. Pois o que, para Kant, sempre esteve decidido como um movimento *ativo* e para frente, encabeçado e promovido (ainda isto possa ser uma ilusão), para Foucault – que acaba antes se descobrindo como produzido por uma historicidade ao praticar sua *atividade* - permanece oscilando entre passividade e atividade.

**Palavras-chave:** ontologia do presente; filosofia prática; historicidade; Foucault; Kant.

## EL SUJETO DE LA FILOSOFÍA ¿ES *PRODUCTO* O *PRODUCTOR* DE LA HISTÓRIA? REFLEXIONES ENTRE KANT Y FOUCAULT

## RESUMEN:

El objetivo de este artículo es reflexionar sobre la ambivalencia *actividad/pasividad*, intrínseca al sujeto histórico, que marca flagrantemente el pensamiento ético y político del último Foucault. Esto, a partir de un re análisis de los propios textos del “Kant práctico” que fueron de esta manera evocados y analizados por el autor durante el dictado de su curso en el *Collège de France* en 1983. Foucault se auto diagnostica como históricamente proveniente de una cierta tradición kantiana comprometida con una “ontología del presente” (con el aquí y ahora de la filosofía, con la *práctica de la verdad*). Sin embargo, cuando reflexiona en términos históricos sobre la misma, se encuentra con una ambivalencia fundamental: esta tradición, a la vez, sería la expresión de un proceso histórico ya en curso, que produciría, determinaría, tornaría posible, estos sujetos y este presente en el que está; pero sería al mismo tiempo, un ejercicio activo de aquellos que promueven este proceso, de aquellos que tendrían el deber de militar en el uso de su libre expresión rumbo a profundizar este proceso que ya viene sucediendo. En el límite, los filósofos, serían, concomitantemente, pasivos y activos, producidos y productores, elementos y actores de un mismo

---

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, membro no *Núcleo de Filosofia Francesa Contemporânea (Nuffc)* - com período de formação na *École Doctorale ERRAPHIS Philosophie* da Université de Toulouse, Jean Jaurès. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará. Autor do livro *Premissas à uma Anticriminologia Psicanalítica*, editado pela editora *Appris*. Atualmente concentra suas pesquisas no âmbito do pensamento histórico e ético de M. Foucault. Email: felipefdcr@gmail.com.

proceso. Este es el problema del que hemos partido. Nuestra metodología consistió en el análisis hermenéutico de la bibliografía utilizada. Como resultado, descubrimos que el opúsculo de Kant sobre el cual trabajamos (*Respuesta a la pregunta “¿qué es el Esclarecimiento?”*) conduce a una aporía, en la medida en que el momento donde es posible pasar a “pensar sin la tutela de otro” (exhortación central del texto) – o sea, ser un sujeto activo, visto desde una perspectiva histórica – resta perennemente imperscrutable. Nuestras conclusiones apuntan en el sentido de un impase que permanece en abierto para el pensamiento contemporáneo; impase que dice respecto a la imposibilidad de estar comprendido en el límite, el exacto sentido del *proceso histórico*. Puesto que para Kant, siempre estuvo decidido como un movimiento *activo* y hacia el frente, encabezado y promovido (aunque esto pueda ser una ilusión), para Foucault – que termina antes descubriéndose como producido por un carácter histórico al practicar su *actividad* – permanece oscilando entre la pasividad y la actividad.

**Palabras clave:** ontología del presente; filosofía práctica; historicidad; Foucault; Kant.

O objetivo deste artigo é refletir sobre a ambivalência *atividade/passividade*, intrínseca ao sujeito histórico, que marca flagrantemente o pensamento ético e político do último Foucault. Isto, a partir de uma reanálise dos próprios textos do “Kant prático” que foram neste sentido evocados e analisados pelo autor à ocasião do ministério de seu curso de 1983 no *Collège de France*.

Foucault (2008) abre este curso anunciando que, a título de uma “pequena epígrafe” de tudo mais que seria trabalhado nas aulas seguintes<sup>2</sup>, estudaria “um texto totalmente diferente” (p. 8): pequeno e não muito célebre opúsculo de Kant chamado *Resposta à pergunta “o que é o esclarecimento?”* [*Was ist Aufklärung?*], escrito no mês de setembro de 1784 e publicado na revista *Berlinische Monatsschrift* em dezembro do mesmo ano. Em seguida, faz o adendo de que o problema filosófico que gostaria de trazer à tona com este texto de Kant, para ficar bem entendido, dependeria ao mesmo tempo da evidenciação das *exterioridades* que estariam em jogo quando da sua composição: das suas condições de publicação àquela data.

Este texto de Kant, ao ver de Foucault<sup>3</sup>, representaria o primeiro aparecimento, na *Aufklärung* do século XVIII, de um questionamento filosófico a respeito do significado da própria *Aufklärung* enquanto um processo histórico<sup>4</sup>. Ou seja, um movimento filosófico (ou cultural, intelectual, social) presentemente em curso lançando um questionamento a respeito de si mesmo. “O que significa este *presente* que somos *nós mesmos* em vias de produzir ou promover isto mesmo que está acontecendo

<sup>2</sup> Que, como sabemos, tratava-se da questão da *parresía* na antiguidade grega.

<sup>3</sup> “De fato, a questão que me parece aparecer pela primeira vez nos textos de Kant – não digo a única vez, reencontrar-se-á um outro exemplo um pouco mais tarde – é a questão do presente, a questão da atualidade, a questão “o que se passa hoje? O que se passa agora? O que é esta *agora* no interior do qual estamos, todos juntos, e que lugar é este do qual escrevo?”. (FOUCAULT, 2008. p. 13).

<sup>4</sup> “Desde o dia em que Kant se interrogou sobre esta questão, a filosofia teria adquirido, segundo Foucault, uma nova dimensão”. (ROCKHILL, 2013 p. 115).

<i>Revista Dialectus</i>	Ano 4	n. 11	Agosto - Dezembro 2017	p. 158 - 175
--------------------------	-------	-------	------------------------	--------------

agora?”, ou “que momento histórico é este, de esclarecimento, repleto de transformações, que vivemos e fazemos acontecer presentemente?”, estaria Kant se perguntando em 1784, sob o governo de Frederico II<sup>5</sup>, na iminência da revolução francesa e vendo um crente da religião judaica escrever sobre liberdade de expressão a partir de uma distinção política entre religião e laicidade (ou seja, testemunhando uma incrível torrente de mudanças de ideias e, conseqüentemente, nas concretas relações sociais também). Foucault tenta deslindar as implicações da questão levantada - “O que é o esclarecimento [a *aufklärung*]?” - neste texto produzido em contexto histórico tão efervescente:

Ela [a questão] se refere, em primeiro lugar, à determinação de um certo elemento do presente que se trata de reconhecer, de distinguir, de decifrar entre todos os outros. O que, no presente, faz sentido atualmente para uma reflexão filosófica? Trata-se, em segundo lugar, na questão e na resposta que Kant procura dar, de mostrar em que este elemento figura-se sendo o portador ou a expressão de um processo, de um processo que concerne ao pensamento, ao conhecimento, à filosofia. E, enfim, em terceiro lugar, trata-se, ao interior desta reflexão sobre este elemento portador ou significativo de um processo, de mostrar em que e como este que fala, como pensador, como sábio, como filósofo, faz parte ele mesmo deste processo. Mas, é ainda mais complexo do que isto. É preciso que ele mostre não somente em que ele faz parte deste processo, mas como, em fazendo parte deste processo, ele tem, na condição de sábio, filósofo ou pensador, certo papel a desempenhar neste processo, no qual ele será, portanto, a um só tempo, elemento e ator. (FOUCAULT, 2008 p. 13, 14).

160

Este processo histórico que se interroga sobre o sentido de si mesmo seria da ordem do pensamento, do conhecimento, da filosofia; e os seus promotores - os pensadores, os sábios, os filósofos – seriam, ao mesmo tempo que produzidos pelo mesmo, também os seus próprios promotores ativos<sup>6</sup>.

O diagnosticador do presente evidenciava, portanto, um certo dilema, um certo caráter ambivalente nas elaborações kantianas a propósito do ser da *Aufklärung*: esta última, a um só tempo, seria a portadora, a expressão, de um processo histórico já em curso, que produziria, determinaria, tornaria possível, este presente, este hoje, em que se está; mas seria também um exercício ativo daqueles que participam deste presente, daqueles que teriam o dever de militar no uso de sua livre expressão rumo ao

<sup>5</sup> Monarca esclarecido (diferentemente de seu pai, Frederico I<sup>o</sup>), patrono e promotor do espírito das luzes; o primeiro rei da Prússia a não creditar seu poder a Deus, mas autodeclarar-se como o primeiro dos servidores do Estado; criador de um Código Civil unificado para todo o reino (o que eliminou os excessos de legislações locais, deu início a um processo que viria um dia a culminar na unificação da Prússia, e deu os primeiros sinais da laicidade na política deste povo); expansor do mercantilismo burguês. (HENDERSON, 1977).

<sup>6</sup> Percebendo a ambivalência que foi marcando o modo de pensar a história do último Foucault, Veyne (1986) afirma que este acabou culminando na escrita de “uma história da qual os indivíduos são, ao mesmo tempo e mutuamente, atores e vítimas”. (p. 935).

aprofundamento deste processo que já acontece. No limite, os sábios, os pensadores, os filósofos, seriam, concomitantemente, passivos e ativos, produzidos e produtores, elementos e atores de um mesmo processo.

Kant seria uma espécie de epicentro de toda uma tradição filosófica que se ocuparia em participar ativamente do que esteja acontecendo aqui e agora – de se engajar em produzir este processo que acontece aqui e agora (a *Aufklärung*). É como se Foucault estivesse insinuando dizer haver aí, a partir de Kant, uma certa “tradição” que passa a olhar para o presente como um processo historicamente (materialmente) determinado e no interior do qual o filósofo teria um certo papel, uma certa militância, desempenhar.

Esta primeira aula do curso se encerra com o célebre diagnóstico de que, portanto, a filosofia de Kant, no seio da modernidade, “parece ter fundado duas grandes tradições críticas entre as quais se dividiu a filosofia moderna” (Ibid. p. 21): uma que poderia ser identificada como uma forma de filosofia ligada a uma *analítica da verdade*, e a outra como forma de filosofia ligada a uma *ontologia do presente*. Desta última Foucault declara provir historicamente o seu próprio trabalho: “É essa forma de filosofia que, de Hegel a Escola de Frankfurt, passando por Nietzsche, Max Weber e etc., fundou uma reflexão à que, é claro, eu me vinculo na medida em que posso”. (Ibid. p. 22).

Cabe aqui parar e lembrar um fato curioso. Uma interrupção para a análise do tal texto “totalmente diferente” de Kant no contexto do curso de 1983 – no qual Foucault (2009) estava completamente mergulhado em sua “trip greco-romana” (p. 4) - pareceu por muito tempo a muitos intérpretes como um abrupto excuro, ou no mínimo como uma incógnita. Por que Foucault, que vinha estudando o tema geral do *cuidado de si* na antiguidade (em todos os seus desdobramentos) – e passando progressivamente para o da *parresía* no mesmo período –, passa de repente para uma análise de Kant, de um Kant prático? A nosso ver não há nada de aleatório no movimento e sua incompreensibilidade é apenas aparentemente. Aventemos nossa hipótese.

Parece-nos que toda a assim chamada “genealogia das relações éticas” empreendida pelo último Foucault acabou em grande medida se tornando, a partir de 1982-1983, um esforço de autocompreensão histórica por parte do próprio filósofo da historicidade. O fato de este ter subsumido o seu próprio modo de pensar e proceder filosófico como proveniente de uma certa tradição kantiana (*ontologia do presente*) – tendo esta última provido, por sua vez, de uma muito mais longínqua *cultura de si* que

remonta à figura socrática – parece significar que as suas derradeiras investigações históricas inteiras não eram senão, mesmo isto não tendo sido declarado nesses termos, a tentativa de iniciar uma genealogia de sua própria genealogia. O genealogista da complexa cadeia *epiméleia heautou* – > *parresía* - > *éthos* - > *ontologia do presente* parece ter insinuado dar os primeiros passos de uma investigação genealógica, não exatamente de qualquer de seus objetos de pesquisa precedentes (loucura, clínica, ciências humanas, disciplina, sexualidade, etc.), mas da própria forma mesma de reflexão e de prática filosóficas que teriam dado condições históricas de emergência àquele que se debruçava retrospectivamente sobre elas<sup>7</sup>.

Foucault está tencionando autodiagnosticar-se a si mesmo enquanto “pensador, sábio ou filósofo” remanescente de toda esta longa “tradição crítica no ocidente” que vinha estudando desde a antiguidade, em cujas raízes longínquas encontraríamos a “questão da importância [socrática] de se dizer-a-verdade” (FOUCAULT, 2001 p. 6). É neste sentido que nos parece lícita a hipótese de que Foucault, no momento preciso em que se inseriu a si mesmo na tradição histórica ocupada de uma tarefa *ontológica sobre o próprio presente*, insinuou uma derradeira pesquisa – que, é claro, não contou quase com tempo para ser empreendida com consistência - sobre as *proveniências* de sua própria forma de trabalho filosófico como uma forma de trabalho historicamente possível. Portanto, é exatamente à figura do filósofo - de Foucault ele mesmo enquanto continuador da grande tradição crítica do ocidente - a que nos referimos quando escrevemos “sujeito histórico” logo na primeira frase deste artigo.

Mas, voltando à questão de este sujeito histórico ser, curiosamente, “elemento e ator de um mesmo processo”, constatamos que, ao partir da análise de um texto “prático” de Kant, o genealogista voltado às *proveniências* de si mesmo percebeu que a tradição de reflexão filosófica no interior da qual estaria inserido caracterizar-se-ia pela atitude crítica: pela participação ativa, instauradora, militante “do sábio, do pensador, do filósofo” neste presente que também seria um processo anterior a ele e que o produziria historicamente. Ou seja: embora imbuído da tarefa de compreender o presente – ou, mais precisamente, de compreender as relações de causalidade entre o passado e o presente – seria também ator neste processo que é o presente, não se limitando a um

<sup>7</sup> Gros (2008) percebe algo semelhante em seu balanço da situação deste curso: “Desde a primeira aula Foucault pretende, portanto, determinar o seu próprio lugar no interior de uma herança filosofia; como se anunciasse que, através desses estudos sobre a *parresía*, ele problematizava o estatuto de sua própria palavra e a definição de seu papel. De resto, Foucault jamais esteve tão na vertical de si mesmo do que nesse curso”. (p. 350).

mero analista passivo. Se, por um lado – Foucault o lê no legado kantiano –, o sentido desta tradição filosófica (ontologia de nós mesmos) é o de perguntar por este acontecimento que é o presente – tratando-se, portanto, de uma tradição que está necessariamente ligada à compreensão da história (à compreensão da filosofia como qualquer coisa que consistiria numa análise dos processos históricos) – por outro lado, seu sentido seria também o de, sendo responsável por este presente, dele participar ativamente e de transformá-lo.

Em suma, disto que seria a filosofia na forma de *ontologia do presente*, Foucault parece depreender dois sentidos: 1º) o de *compreensão* de nós mesmos e dos outros no interior de processos históricos e 2º) o de *transformação* ativa de nós mesmos e dos outros a partir deste próprio movimento de compreender os processos históricos. Deste modo, fazer *genealogias* na forma de “ontologia de nós mesmos”, tal como lemos Foucault associar de maneira necessária, significaria, em um mesmo movimento: 1º) escavar sobre os nossos pés as condições temporais, acidentais e exteriores que produziram quem somos e 2º) participar ativamente na transformação disto que somos rumo a novas condições temporais, acidentais e exteriores. A consecução do primeiro movimento implicaria imediatamente no segundo.

Passemos a examinar diretamente o opúsculo de Kant. Seu célebre primeiro parágrafo nos diz:

*Esclarecimento (Aufklärung) significa a saída do homem de sua minoridade, pela qual ele próprio é responsável. A minoridade é a incapacidade de se servir de seu próprio entendimento sem a tutela de outrem. É a si próprio que se deve atribuir essa minoridade, uma vez que ela não resulta da falta de entendimento, mas da falta de resolução e de coragem necessárias para utilizar seu entendimento sem a tutela de outrem. Sapere aude! Tenha a coragem de te servir de teu próprio entendimento, tal é, portanto, a divisa do Esclarecimento. (KANT, p. 1<sup>8</sup>).*

Sair da menor idade da razão pressupõe, portanto, um ato de coragem que põe fim a uma *anterior*<sup>9</sup> condição de conforto e de servidão voluntária:

<sup>8</sup> Utilizamos a acurada tradução de Luiz Carlos Rouanet, acessada em <http://bioetica.catedraunesco.unb.br/wp-content/uploads/2016/04/Immanuel-Kant.-O-que-%C3%A9-esclarecimento.pdf>. O ano da publicação, contudo, não consta no texto.

<sup>9</sup> Empregamos esta palavra ao invés da palavra *natural* porquanto, como veremos, a antropologia de Kant afirma – o que é sobremaneira interessante à presente perspectiva – que “o característico da espécie humana não é *uma condição moral dada*, mas sua capacidade de produzir para si mesma tal condição” (KLEIN, 2013 p. 93). Para Kant, a “vocação natural” da “natureza humana” consistiria em um *vir-a-ser* (de progresso): “Uma época não pode se aliar e conspirar para tornar a seguinte incapaz de estender seus conhecimentos (sobretudo tão urgentes), de libertar-se de seus erros e simplesmente fazer progredir o Esclarecimento. Seria um crime contra a natureza humana, cuja vocação natural reside nesse progresso”. (KANT. Op. Cit.). Se, por um lado, o esforço primeiro das Críticas seja o de descrever a estrutura natural do entendimento e da razão humanas – como, em seguida, o de demonstrar/justificar a existência de um

A preguiça e a covardia são as causas pelas quais uma parte tão grande dos homens, libertos há muito pela natureza de toda tutela alheia (*naturaliter majorenes*), comprazem-se em permanecer por toda sua vida menores; e é por isso que é tão fácil a outros instituírem-se seus tutores. É tão cômodo ser menor. (...) Que a maior parte da humanidade (e especialmente todo o belo sexo) considere o passo a dar para ter acesso à maioridade como sendo não só penoso, como ainda perigoso, é ao que se aplicam esses tutores que tiveram a extrema bondade de encarregar-se de sua direção. Após ter começado a emburrecer seus animais domésticos e cuidadosamente impedir que essas criaturas tranquilas sejam autorizadas a arriscar o menor passo sem o andador que as sustenta, mostram-lhes em seguida o perigo que as ameaça se tentam andar sozinhas. Ora, esse perigo não é tão grande assim, pois após algumas quedas elas acabariam aprendendo a andar; mas um exemplo desse tipo intimida e dissuade usualmente toda tentativa ulterior. É, portanto, difícil para todo homem tomado individualmente livrar-se dessa minoridade que se tornou uma espécie de segunda natureza. Ele se apegou a ela, e é então realmente incapaz de se servir de seu entendimento, pois não deixam que ele o experimente jamais. Preceitos e fórmulas, esses instrumentos mecânicos destinados ao uso racional, ou antes ao mau uso de seus dons naturais, são os entraves desses estados de minoridade que se perpetua. (Ibid. p. 2).

Sendo mais cômodo permanecer na menoridade – comprar-se em ser alguém sem crítica, vivendo conforme preceitos e fórmulas, agindo sem raciocinar por conta própria - então a passagem à maioridade implicaria em uma vida que, o tanto quanto possível, dispensa as instruções e formulas alheias; cujo estágio ótimo, portanto, seria aquele em que (se é que isto é possível e plausível) o homem é capaz de pensar a respeito de tudo sem qualquer orientação de outrem.

Em *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* Kant (2007) ainda vai mais longe declarando não possuírem qualquer valor as ações que tenham agido em conformidade ao dever apenas de forma automatizada (seguindo cegamente uma regra ditada pelos costumes ou pelas tradições), mas não de forma *livre* (autonomamente, a partir de uma deliberação racional da própria vontade): “Deixo a parte tanto as ações que são reconhecidas como contrárias ao dever quanto aquelas que, embora em conformidade com o dever, não tenham sido intencionais, mas por mera reprodução, obediência ou conveniência” (p. 27). A exigência filosófica aqui, não é simplesmente a de que uma ação aja em conformidade a ao dever (isto pode acontecer por acaso), mas

---

“caminho natural” para a orientação dos mesmos -, por outro, Kant refere-se, sobretudo nos “textos de razão prática”, ao homem como uma construção ativa - como algo de cujo correto uso do entendimento e da razão só pode provir de um esforço constante, de um trabalho corajoso de si sobre si e de si sobre os outros. No texto *A antropologia do ponto de vista pragmático* é onde esta ideia se desenvolve mais minuciosamente: “O ser humano está destinado, por sua razão, a estar numa sociedade com seres humanos e a se cultivar, civilizar, e moralizar nela por meio das artes e ciências; e, por maior que possa ser sua propensão animal a se abandonar passivamente aos atrativos da comodidade e do bem-estar, que ele denomina de felicidade, ele está destinado a se tornar *ativamente* digno da humanidade na luta com os obstáculos que a rudeza de sua natureza coloca para ele”. (KANT, 1970).

<i>Revista Dialectus</i>	Ano 4	n. 11	Agosto - Dezembro 2017	p. 158 - 175
--------------------------	-------	-------	------------------------	--------------

que cada homem em particular faça isto *conscientemente* (seguindo preceitos universais) sem precisar de uma *ausgang*, de uma muleta estendida por alguém.

Contudo, ao final do opúsculo o filósofo reconhece que este estado ideal de coisas ainda não chegou historicamente:

Quando se pergunta, portanto: vivemos atualmente numa época esclarecida? A resposta é: não, mas numa época de *esclarecimento*<sup>10</sup>. Muito falta ainda para que os homens, no estado atual das coisas, tomados conjuntamente, estejam já num ponto em que possam estar em condições de se servir, em matéria de religião, com segurança e êxito, de seu próprio entendimento sem a tutela de outrem. (KANT Op. Cit. p. 7).

Ainda não chegou, mais estaria a caminho:

Mas que, desde já, lhes esteja aberto o campo para mover-se livremente, e que os obstáculos à generalização do Esclarecimento e à saída da minoridade que lhes é auto-imputável sejam cada vez menos numerosos, é o que temos signos evidentes para crer. A esse respeito, é a época do Esclarecimento, ou o século de *Frederico*". (Ibid. p. 7).

Por um lado Kant escreve "Que lhes esteja aberto o campo", e, por outro, que uma saída da minoridade deve ser "auto-imputável" (sendo, pelos seus respectivos déficits de esclarecimento, cada indivíduo, sozinho, o "culpado"). Quem seriam senão os "homens eruditos" (o próprio Kant, como os demais filósofos) os imbuídos desta tarefa de abrir um campo que permitirá com que os outros se movam livremente? Conquanto seu grande ideário seja a promoção da absoluta autonomia, o filósofo insinua que este homem em processo de emancipação precisa de um empurrão. Ou, antes, que sem este empurrão o referido momento histórico nunca advirá.

Kant quer promover aos homens de seu povo a radical autonomia de pensamento influenciando-os através de seu artigo publicado na *Berlinische Monatsschrift*, meio de expressão através do qual os eruditos da Prússia de Guilherme IIº escreviam - apenas um círculo seleta deles chegava a poder fazê-lo - "ao público letrado em geral" (KLEIN, 2009 p. 215).

Se contextualizarmos minimamente as "condições de exterioridade" que, em 30 de setembro de 1784, circundavam em torno da publicação deste opúsculo, descobrimos que:

<sup>10</sup> Klein (2009) observa: "É importante perceber que o próprio termo alemão 'Aufklärung' é um substantivo oriundo de um verbo, 'esclarecer', 'aufklären'. Nesse sentido, a terminação 'ung' indica sempre um processo, um movimento. Esse aspecto ativo precisa receber particular atenção, já que esclarecer-se é assumir uma determinada postura, um modo de pensar, significa que o sujeito e a humanidade jamais podem se colocar como completamente esclarecidos, pois se trata de um processo contínuo no qual cada indivíduo precisa engajar-se ativamente". (p. 222).



(...) ele possui um caráter muito mais publicitário do que acadêmico, pois foi publicado em um jornal cujo público alvo não se restringia aos pares, mas almejava pessoas letradas em geral. Percebe-se facilmente que o estilo literário empregado por Kant nesse texto é, de fato, muito diferente daquele que se encontra nas três *Críticas*, além de ser um texto imbuído de intenção política e com um forte apelo ao público. (KLEIN, 2009 p. 212).

Em uma nota de sua cuidadosa tradução Figueiredo (2017) esclarece que

A razão por que o artigo de Kant inicie pela definição de Esclarecimento explica também seu título, a data a que este título faz referência e o contexto que lhe deu origem. Em setembro de 1783, J. E. Biester publicou sob pseudônimo um artigo no *Mensário Berlimense*, do qual era o editor, em que propunha abolir a exigência de que os matrimônios fossem sancionados pela Igreja. O argumento de Biester era simples: homens ilustrados poderiam perfeitamente dispensar o cerimonial religioso. Em artigo publicado no mesmo periódico em 5 de dezembro de 1783, J. F. Zöllner responde a Biester, pedindo cautela no assunto; afinal, dizia ele na conclusão do texto, nem se sabe ainda ao certo o que é Esclarecimento. Kant, dentre outros, decide entrar no debate com este texto, publicado em dezembro de 1784, juntamente com a resposta de outro célebre intelectual do período, M. Mendelssohn (p. 8).

O contexto de publicação do opúsculo era, portanto, o de um efervescente jogo de comentários, respostas e réplicas entre doutos eruditos suficientemente notorizados para fazer o uso público de suas razões naquele veículo; jogo este que, ao mesmo tempo, se comunicava com um público mais amplo. Ou seja, teoricamente, cada indivíduo seria, sozinho, o culpado pela sua própria permanência no estado de minoridade da razão (e ser menor, neste sentido, é não exercitar a autonomia da razão, é viver sob a influência de outros). No entanto, na sociedade real no interior da qual isto é dito há toda uma estrutura assimétrica de organização política e social que garante apenas a alguns maiores direitos de se manifestar (e influenciar, conseqüentemente, os demais). Isto, porque são eruditos, porque detêm um saber.

Publicado nestas condições, o texto de Kant enuncia que a *Aufklärung* seria uma marcha em curso rumo à maioria (tanto de cada indivíduo em particular quanto da sociedade em geral), cujos passos deveriam ser balizados pela lógica de alternância entre um uso público versus um uso privado da razão. Tal alternância sintetizar-se-ia na seguinte máxima: "*raciocinai o quanto quiserdes e sobre o que desejardes, mas obedeci!*" (KANT p. 8). A ideia de Kant aqui é: uma sociedade só aprofundará consistentemente seu processo de auto esclarecimento, de saída de sua minoridade, caso seja capaz de, a um só tempo, preservar civilizadamente suas instituições seculares e

criticá-las objetivamente (ainda que dentro de procedimentos formais e regras legítimas<sup>11</sup>).

Sem constante trabalho crítico – que, no fundo, é *autocrítico*, na medida em que se trata de críticas que partem dos próprios membros de uma sociedade a princípios que regem ela mesma - não há possibilidade de progresso. Mas – e este detalhe é sumamente importante - uso público da razão deve fazer “principalmente o padre, em sua qualidade de erudito, a fazer publicamente, isto é, por escrito, suas observações sobre os defeitos da antiga instituição, sendo enquanto isso mantida a ordem introduzida”. (Ibid. p. 5). “O padre” é apenas o caso concreto tomado por Kant para exemplificar como se deveriam proceder àquela época a respeito das reformas na igreja. O que importa destacar é a “qualidade de erudito” do padre: são, sobretudo, os eruditos – os homens mais esclarecidos dentre os demais a respeito de determinado assunto – aqueles que deverão fazer uso público da razão, que deverão se manifestar criticamente em prol de alguma mudança ou reforma no interior de uma dada instituição social. Portanto, Kant está advogando que as deliberações institucionais, materiais, políticas, estejam necessariamente subordinadas ao saber e a verdade; e que, portanto, quem deve propor as mudanças são os homens do saber. E quem, comunicando-se através de uma revista de grande circulação, está tentando a todos propor esta nova técnica de proposições de mudanças senão Kant ele mesmo?

Ademais, o uso da ideia de *esclarecimento* passa, a partir dos “textos práticos” que Kant passa a publicar a partir de 1784 - o opúsculo em questão é o primeiro deles (em seguida, ainda no mesmo ano, será publicado o *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*) -, a sofrer uma oscilação semântica. A palavra *aufklärung* passa a ser empregada, diferentemente do que vinha fazendo supor todo o teor subjetivista (relativo ao sujeito do conhecimento) e formalista das *Criticas* precedentes, para designar, não mais tão somente um processo individual (relativo a um indivíduo psicológico e isolado), mas um processo coletivo e histórico<sup>12</sup>. *Aufklärung*, pela primeira vez na obra de Kant, como um processo emancipatório histórico coletivo, que transcende as vidas individuais dos indivíduos:

<sup>11</sup> No fundo, Kant está elaborando - não sozinho, naturalmente (ele não é o único que está fazendo isto neste período) - os fundamentos a racionalidade e o espírito das leis das nossas repúblicas democráticas modernas.

<sup>12</sup> “De um lado tem-se a perspectiva subjetiva que se refere ao indivíduo, de outro, a perspectiva objetiva, que se refere a uma qualificação atribuída a uma época histórica. Pode-se dizer que o texto aborda tanto o significado de esclarecimento, quanto o ‘espírito’ do Esclarecimento”. (KLEIN, Op. Cit. p. 212).

<i>Revista Dialectus</i>	Ano 4	n. 11	Agosto - Dezembro 2017	p. 158 - 175
--------------------------	-------	-------	------------------------	--------------

A filosofia kantiana da história não sustenta seus argumentos sobre uma suposta experiência empírica auto evidente, mas em princípios racionais que permitem construir uma compreensão da história que consiga ao mesmo tempo lidar com toda a multiplicidade dos fenômenos históricos e organizá-los segundo um sistema que lhes atribua sentido. O que distingue a história (Geschichte) de uma historiografia (Historie) é a noção de um sentido histórico a política se apresenta como uma práxis cujo objetivo deve ser a manutenção de alguns aspectos da realidade e a mudança de outros, mas sempre na direção específica de um fim expresso no contínuo aperfeiçoamento das instituições e no aumento da liberdade. (KLEIN, 2013 p. 90).

A filosofia de Kant não está mais tratando o conhecimento em termos individuais e autodedutivos, mas sim em termos coletivos e como um processo histórico. Diríamos que a questão central continua dizendo respeito às “condições de possibilidade” para o acesso ao conhecimento seguro. Porém, estas “condições de possibilidade”, ao invés de serem pensadas como método individual, são pensadas agora como método coletivo, que visa o progresso de um esclarecimento coletivo.

Este esclarecimento coletivo, todavia, quer ser levado a cabo através de um método ambivalente: sua *meta* é a promoção absoluta de liberdade e autonomia a todo e qualquer indivíduo, mas seu *hódos* não acontece sem uma restrição à liberdade da maioria dos indivíduos. Isto, na medida em que não é recomendado a todos, pelo menos ainda àquela época, o exercício do uso público da razão. Kant quer que todos, um dia, expressem-se com toda a liberdade; mas, no tempo presente, é melhor, por prudência<sup>13</sup>, que apenas alguns (os eruditos) tomem frente neste processo que levará todos à liberdade um dia.

Como fica sutilmente sugerido na aula de Foucault, as próprias condições em que foi publicado este texto - que exorta a todos que “raciocinem sem a tutela de outrem” - contradizem imediatamente este seu ideário de autonomia, deflagram a sua impossibilidade. Isto, na medida em que as contingências matérias (sociais, econômicas, políticas, etc.) em meio às quais a própria enunciação de Kant se deu (em meio às quais o próprio texto foi promulgado) dão mostras das exterioridades que estão imediatamente (precedendo qualquer discurso) em jogo, perpetuando a desigualdade entre os que têm meios de fazer uso público da razão na *Berlinische Monatsschrift* e os que não o têm.

Kant abre o seu opúsculo enunciando que o *esclarecimento* é um ato autônomo de coragem que parte de dentro para fora do indivíduo, mas constrói, no passo seguinte da argumentação, o jogo *uso público x uso privado* da razão, segundo o qual os

<sup>13</sup> Tenha-se em mente a Revolução Francesa que começava a explodir ao seu lado.

<i>Revista Dialectus</i>	Ano 4	n. 11	Agosto - Dezembro 2017	p. 158 - 175
--------------------------	-------	-------	------------------------	--------------

intelectuais desempenhariam um papel crucial: a suscitação (a produção), nos indivíduos, daquele ato. Kant quer que todos sejam capazes de prescindir da influência de outrem. Mas, no limite, Kant ele mesmo é, paradoxalmente, este “outrem” que influencia a todos com a ideia de que todos devem ser capazes de pensar sem a influência de outrem.

Não há dúvida de que seu sonho iluminista era, de fato, ver se desenvolvendo espontaneamente a autonomia em cada homem. Ele chegava a acreditar que este processo – de que “um público se esclareça a si mesmo” - é “praticamente inevitável” (KANT Op. Cit. p. 2); o que mostra haver, aliás, uma teleologia histórica em seu pensamento (o que não deixa de entrar em contradição com a ideia de que esclarecer-se seja um exercício, uma decisão e um ato de coragem, que depende do livre-arbítrio humano). *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita* se encerra com a previsão de que, em algum momento histórico vindouro, agremiações sociais e políticas cada vez mais amplas culminariam na consecução de uma universal sociedade global unificada (não representando isto ameaça às diferenças [ao cosmopolitismo]). A ideia de Kant, no fundo, será, cada vez mais a partir de 1785, a de que a disseminação cada vez mais global da liberdade de fazer uso do próprio entendimento faria resultar, em todas as partes do globo, os mesmos juízos práticos. O uso da razão prática nos conduziria a todos a uma mesma direção necessariamente. (KANT, 1986).

Mas, voltando ao opúsculo, sua tentativa, repito, não era senão a de encontrar o equilíbrio perfeito entre a obediência às tradições e a *critica*. Porque esta última só seria possível no interior de um Estado ordenado, capaz de autopreservar-se de uma anarquia generalizada ou da revolução<sup>14</sup>. Mais profundamente que isto, sua ideia é a de que tanto mais obediência se suscitará no espírito humano quanto mais liberdade de expressão lhe for concedida<sup>15</sup>. Mas a eficácia progressiva deste jogo de medidas - que visa o perfeito equilíbrio entre obediência e crítica - depende a premissa de que o *esclarecimento* lançaria os homens rumo a um universal consenso propiciado por uma razão prática

<sup>14</sup> Método que “poderá talvez causar a queda do despotismo pessoal ou de uma opressão cúpida e ambiciosa, mas não estará jamais na origem de uma verdadeira reforma da maneira de pensar” (KANT Op. Cit. p. 3); método, portanto, que não conta tanto com o entusiasmo do filósofo (por não promover uma reforma consistente no pensamento) - ainda que, face à sua conjuntura política concreta, ele tenha-se solidarizado à Revolução Francesa; a qual seria, para ele, apenas uma parte de “uma tendência muito mais ampla”.

<sup>15</sup> “Que as páginas presentes, a que um governo ilustrado, libertando o espírito humano das suas cadeias e, justamente graças a esta liberdade de pensar, qualificado para suscitar uma obediência tanto mais pronta, possam também justificar ao mesmo tempo a liberdade, que o autor para si toma, de as fazer preceder por um curto relato do que lhe diz respeito nesta alteração das coisas”. (KANT, 1993 p. 9).

pura, em matéria de ação e de comportamento (em matéria, em última instância, de *moral*). É apenas face a tal premissa faz sentido que os considerados como mais esclarecidos tenham maior direito à expressão crítica na esfera pública<sup>16</sup>.

De todo modo, temos um problema insolúvel. Kant parte de uma contingência histórica dada, que não é objeto dos seus questionamentos: a de que já existe, na sua sociedade real em curso, uma cúpula composta por homens eruditos (que, segundo seu raciocínio, se distinguirá encabeçando este processo já em curso que é o *Esclarecimento*). Se este processo que é o *Esclarecimento* não acontece sem a participação desta cúpula que já está de antemão esclarecida em alguma medida, como é que esta cúpula – sem a qual o aprofundamento deste *Esclarecimento* não é possível – se esclareceu a si mesma no passado mais remoto? Como este processo que é o *Esclarecimento* começou? Onde está a sua *origem*? Como foi possível o milagre do aparecimento dos primeiros esclarecidos? Na medida em que o próprio Kant fez questão de se referir ao *Esclarecimento* como uma época específica, como um momento muito particular na história, ele então teria de reconhecer aí, necessariamente, um começo. Em não podendo o começo, enquanto tal, ser já um *processo em curso*, se o filósofo de Königsberg voltasse o seu pensamento histórico mais *para trás* do que *para frente*, seria obrigado a reconhecer que alguém há de ter-se esclarecido a si mesmo em algum ponto remoto no tempo. Por mais insólito que pareça, ele seria obrigado a concluir, em certo sentido, que o esclarecido perfeito – aquele que teria cumprido rigorosamente a tarefa de pensar sem a tutela/influência de ninguém – só poderia se encontrar no passado, não no futuro.

Evidentemente este passado nunca existirá para Foucault, na medida em que, segundo as suas premissas filosóficas, sempre haverá uma infinita torrente de assimétricas determinações históricas antecedentes ao sujeito, que o produzem ao invés de permiti-lo ir-se revelando para si mesmo ou blindando-se cada vez mais aos infinitos outrens existentes no passado (historicidade). Para o genealogista, o perscrutamento da constituição do sujeito (da subjetividade) é um infinito e angustioso “ir para traz”. Pois aqui intervém a mediação que instaura a distancia abissal existente entre Foucault e

<sup>16</sup> Contudo, se tal premissa não é aceita de antemão – como, evidentemente, não é o caso de Nietzsche e de Foucault -, há que se reconhecer a aporeticidade do fato de este processo de aquisição de autonomia não se querer como muito radical (ter de começar distinguindo os ditos mais ilustres). Porque, em havendo distinção entre aqueles que podem mais e aqueles que podem menos fazer uso público da razão, então inevitavelmente haverá todo um jogo desproporcional de interinfluência no interior da sociedade, de maneira a fazer tender ao infinito aquela condição de tutela e covardia que Kant pretendia elidir.

Kant: Nietzsche. Herdando deste a premissa segundo a qual a historicidade é sempre anterior (e, neste sentido, superior) ao Sujeito – segundo a qual o sujeito é eternamente refém de sua historicidade – o pensamento foucaultiano não admite a ideia de um Sujeito que se esclarece progressivamente para si mesmo no interior de uma historicidade (de “preconceitos”) da qual vai sendo cada vez mais capaz “de se desamararr”.

Mas, talvez Foucault, em seu contexto de pesquisa dos anos de 1980, tenha-se interessado pela filosofia prática de Kant – e, notadamente, por este opúsculo sobre a *Aufklärung* – por dois motivos. Primeiro, porque tenha visto aí, de modo bastante flagrante, uma espécie de versão moderna do dever de dizer-a-verdade publica e criticamente; dever este que é, ao mesmo tempo, todo um jogo interinfluyente de governo de si e governo dos outros. Segundo, porque este Kant também lhe evidenciara, na modernidade, uma certa ambivalência com a qual vinha se deparando ao estudar as relações de governo de si e governo dos outros entre os gregos: o tencionamento entre os registros da passividade e da atividade.

Em uma entrevista ocorrida em 1984 o entrevistador, referindo-se ao novo tipo de sujeito sobre o qual os trabalhos de Foucault vinham tratando, comenta comparativamente:

Mas o sujeito louco, doente, delinquente – talvez, mesmo o sujeito sexual – era um sujeito que era objeto de um discurso teórico, um sujeito, digamos, ‘passivo’, enquanto que o sujeito do qual você fala nos dois últimos anos nos seus cursos no Collège de France é um sujeito ‘ativo’, politicamente ativo. (...) Pareceria que há em seus trabalhos uma mudança, não de perspectiva, mas de problemática (FOUCAULT, 2001 v.II p. 1538, *A ética do cuidado de si como prática da liberdade*<sup>17</sup>).

Ao que Foucault responde:

(...) eu diria que sim, atualmente, interesse-me, com efeito, pela maneira pela qual um sujeito se constitui de maneira ativa, pelas práticas de si; mas, estas práticas não são tampouco alguma coisa que o indivíduo inventa por ele mesmo. São esquemas que ele encontra na sua cultura e que lhes são propostos, sugeridos, impostos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social. (Ibid. p. 1538).

Em certa medida Foucault vê os gregos antigos, em suas práticas de si eticamente dirigidas, enredados no mesmo tipo de aporia em que Kant também estaria: na do sujeito histórico que é “elemento” e “ator” de um mesmo processo.

<sup>17</sup> Para a melhor orientação do leitor identificamos o título do texto em se tratando de documentos constantes na edição francesa que utilizamos dos *Ditos e escritos*.

Se acompanharmos o sentido argumentativo encadeado no curso de 1983, é perfeitamente compreensível o tal estatuto de “epígrafe” concedido à análise do texto de Kant. As similaridades são evidentes: 1º) de um lado, genealogia da emergência de toda uma tradição, no interior da *Aufklärung*, comprometida com o papel do filósofo no seu ‘aqui e agora’ histórico (ontologia do presente); 2º) de outro lado, genealogia, não da verdade, mas do *dizer-a-verdade* (*parresía*); portanto, da verdade enquanto prática, enquanto ato de verdade que, em acontecimentos concretos, dirige-se a uma alteridade, nos primórdios da civilização ocidental. Em ambos os casos, está em causa um interesse histórico mais pelo aspecto *prático-político* do que *teórico-especulativo* da filosofia ocidental.

Em outras palavras, as questões de Foucault são, por um lado, “a partir de Kant, qual seguimento da filosofia moderna teria se vertido ao interesse pelo presente enquanto um processo historicamente (materialmente) determinado e no interior do qual o filósofo teria certo papel a desempenhar?”; e, por outro lado, “em que medida a filosofia, desde suas origens no mundo antigo, antes de inscrever seu sentido nos registros do *eu* enquanto entidade metafísica de busca pela verdade, inscreveria o seu sentido em um *cuidado de si* (*epiméleia heautou*) ligado a uma atitude fundamental que é a do compromisso de *dizer-a-verdade* – compromisso, portanto, com a formação de um *êthos* (uma maneira de fazer e se conduzir) – nas relações com a alteridade?”. Ambas as questões, embora dirigidas a épocas muito distintas, são análogas.

Os ditames da “nossa época” - ou, pelo menos, do importante testemunho cultural que é o opúsculo de Kant - incitam autonomia a cada indivíduo (governo de si) e, ao mesmo tempo, exortam os seus sábios, pensadores e filósofos a desempenharem um papel formativo sobre os menos instruídos (governo dos outros). Porém, estando o sujeito, para o pensamento contemporâneo (*genealogia*), sempre à mercê de sua historicidade, a questão da autonomia permanece em um impasse. É o nietzschianismo de Foucault que joga fortemente aqui.

Em outra entrevista, também em 1983, este autor declara:

Creio que tocamos aí em uma das formas – é preciso dizer, talvez, dos hábitos – mais nocivos do pensamento contemporâneo; eu diria, talvez, do pensamento moderno; em todo caso, do pensamento pós-hegeliano: a análise do momento presente como sendo, precisamente, na história, aquele da ruptura, ou aquele do ápice, ou aquele da realização, ou aquele da aurora que advém. A solenidade com que toda a pessoa que tem um discurso filosófico reflete seu próprio momento me parece um estigma. Digo com propriedade, pois eu mesmo cheguei a fazer isso: eu o digo na medida em que, em alguém como Nietzsche, encontramos isso sem cessar, ao menos de maneira bastante

insistente. Creio que é preciso ter a modéstia de se dizer que, por um lado, o momento em que se vive não é este momento único, fundamental ou irruptivo da história a partir do qual tudo se realiza ou tudo recomeça; é preciso ter a modéstia de se dizer, ao mesmo tempo, que – mesmo sem esta solenidade – o momento em que se vive é muito interessante e demanda ser analisado, e demanda ser decomposto e que, com efeito, nós temos que nos colocar a questão: o que é a atualidade? (FOUCAULT, v. II 2001 p. 1267).

Ele está dizendo que o *presente* é interessante e vale a pena ser analisado, mesmo não figurando como nenhum grande momento de ruptura e instauração. O interesse pelo *presente* valeria a pena, mesmo este sendo não mais que um dia qualquer, como os demais dias da história. O entrevistado reconhece ter exagerado um pouco ao afirmar à demasia, em algum momento<sup>18</sup>, as rupturas e as instaurações. Isto, na medida em que em alguém como Nietzsche encontrar-se-ia sem cessar esta tendência. O genealogista, desta vez, está afirmando ser ilusório supor a atualidade como momento único, como momento de absoluto rompimento com o passado (com o inatual).

Se pensarmos bem, isto – se deslocado para o contexto kantiano - quer dizer: é completamente fictício este momento em que o homem (posto que vive desde sempre mergulhado na historicidade) desamarrar-se de toda influencia de outrem. Nem sequer este *processo* supostamente em curso de progressivo desamarramento existe para o genealogista, uma vez que os homens vivem perenemente a ser interinfluenciarem - mesmo se com a ideia de que é preciso se livrar o quanto antes das influencias de outrem (pois já estamos influenciando quando enunciamos isto, ou sendo influenciados quando ouvimos).

No âmbito do pensamento contemporâneo (genealogia), permanece obscuro o significado exato, do ponto de vista da filosofia prática, de *processo histórico*. Pois o que, para Kant, sempre esteve decidido como um movimento *ativo* e para frente, encabeçado e promovido (ainda isto possa ser uma ilusão), para Foucault – que acaba antes se descobrindo como produzido por uma historicidade ao praticar sua *atividade* - permanece oscilando entre passividade e atividade.

---

<sup>18</sup> Evidentemente, este momento, é sabido por todos os especialistas, é, sobretudo, o da primeira metade da década de 1970, cujo marco fundador talvez possa ser considerado a publicação de *Nietzsche, genealogia e história*; momento em que Foucault via-se metodologicamente muito mais entusiasmado em “manter o que se passou na dispersão que lhe é própria”, em “demarcar os acidentes, os ínfimos desvios – ou ao contrário as inversões completas – os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós” (FOUCAULT, 2001 v. I p. 1009); ou seja, em demarcar as *descontinuidades* no trato da história (o que, no fundo, se deu sob a influência do pensamento *instaurador*, ou *afirmador*, que herdou de Nietzsche).



**BIBLIOGRAFIA**

FOUCAULT, M. **Le gouvernement de soi et des autres**. Cours au Collège de France. Paris: Gillimard/Seuil, 2008.

\_\_\_\_\_. **Fearless speech**. Course ministered in University of Berkeley. Los Angeles: SEMIOTEXT(E) Press, 2001.

\_\_\_\_\_. **La courage de la vérité: le gouvernement de soi et des autres II**. Cours au Collège de France. Paris: Gillimard/Seuil, 2009.

\_\_\_\_\_. **Dits et Écrits**. Édition établie sous la direction de Daniel Defert et François Ewald avec la collaboration de Jacques Lagrange. Paris: Quatro / Gillimard, 2001. (2 volumes).

GROS, F. Situation du cours (p. 347-361). In.: FOUCAULT, M. (1983-1984). **Le gouvernement de soi et des autres**. Cours au Collège de France. Paris: Gillimard/Seuil, 2008.

HENDERSON, S. W. **Frederick the Great of Prussia: A Homophile Perspective**. Gai Saber, 1,1; New York, 1977.

KANT, I. **Resposta à pergunta “O que é o Esclarecimento?”**. Tradução: Luiz Carlos Rouanet. Acessado em:

\_\_\_\_\_. **Resposta à pergunta “o que é o Esclarecimento?”**. Introdução, tradução e notas por Vinícius de Figueiredo, 2017. Acessado em: [https://www.academia.edu/7894936/I.\\_KANT\\_Resposta\\_%C3%A0\\_quest%C3%A3o\\_O\\_que\\_%C3%A9\\_Esclarecimento\\_Introdu%C3%A7%C3%A3o\\_tradu%C3%A7%C3%A3o\\_e\\_notas\\_por\\_Vinicius\\_de\\_Figueiredo](https://www.academia.edu/7894936/I._KANT_Resposta_%C3%A0_quest%C3%A3o_O_que_%C3%A9_Esclarecimento_Introdu%C3%A7%C3%A3o_tradu%C3%A7%C3%A3o_e_notas_por_Vinicius_de_Figueiredo)

\_\_\_\_\_. **O conflito das faculdades**. Lisboa: Edições 70, 1993.

\_\_\_\_\_. **Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. **Anthropologie du point de vue pragmatique**. Paris: J.Vrin, 1970.

\_\_\_\_\_. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 2007.

KLEIN, J. T. **Resposta à pergunta kantiana: o que é o Esclarecimento?** Revista *Étic@*, v. 8, nº. 2, p 211-227. Florianópolis: 2009.

\_\_\_\_\_. **O estado republicano democrático e o ensino público da moral segundo Kant**. Revista *Discurso*, v. 46, nº 2. p. 85-122. Ano 2013.

RASPE, R. E. **As aventuras do Barão de Munchausen**. São Paulo: Iluminuras, 2011.

<i>Revista Dialectus</i>	Ano 4	n. 11	Agosto - Dezembro 2017	p. 158 - 175
--------------------------	-------	-------	------------------------	--------------

ROCKHILL, G. **Comment penser le temp present? De l'ontologie de l'actualité à l'ontologie sans être.** *Rue Descartes*, n° 75, p. 114-126, 2012/13. Acessado em <http://www.cairn.info/revue-rue-descartes-2012-3-page-114.htm>

VEYNE, P. Le dernier Foucault et sa morale. In.: **Critique** n° 469-470, juin-juillet 1986, pp. 933-941